

Em defesa do Sector do Táxi e dos interesses nacionais



O PCP está firmemente ao lado do sector do táxi.

Ao lado do sector do táxi contra a impunidade de que as multinacionais têm beneficiado, quer com o anterior Governo PSD/CDS quer com o actual Governo PS. Ao lado do sector do táxi contra o Decreto-Lei que o Governo do PS quer impor que criaria um regime paralelo ao do táxi para ser usado pelas plataformas digitais das multinacionais, em condições que implicariam a falência generalizada do sector. Ao lado do sector do táxi contra a generalização da precariedade, dos baixos salários e da sobre-exploração.

No dia 10 de Outubro, na Manifestação Nacional do Sector do Táxi, o PCP reafirmou a sua solidariedade activa com a justa luta dos profissionais do táxi.

No dia 29 de Setembro, o PCP levou a sua solidariedade à iniciativa das Mulheres Unidas pelo Táxi, tendo na altura sublinhado, que: «O Governo do PS apresentou uma proposta de Decreto-Lei inaceitável, uma proposta de legalização da UBER, uma proposta feita à medida da multinacional e que provocará o descalabro no sector do táxi. O que se pede

aos diferentes partidos não é que venham aqui com desculpas. É preciso ser claro. Este Decreto-Lei tem que ser travado, e o PCP tudo fará para o travar.»

No dia 30 de Setembro foi aprovado na Assembleia da República, sem votos contra, o Projecto-Lei 233/XIII apresentado pelo PCP que reforçava as medidas dissuasoras da atividade ilegal no transporte em táxi. A lei passou assim a prever multas mais pesadas e um conjunto de medidas dissuasoras da falsa litigância, num conjunto de medidas destinadas a tornar mais eficaz o combate à ilegalidade no sector.

A aprovação desta lei torna ainda mais escandalosa a actual passividade das autoridades para com as práticas ilegais das multinacionais, e torna mais grave a cumplicidade do Governo com estas práticas ilegais.



31 de Agosto de 2016

Jerónimo de Sousa com Profissionais do Sector do Táxi

No dia 31 de Agosto realizou-se, um encontro de profissionais do táxi com Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP. A iniciativa, que reuniu mais de 350 profissionais do sector. Esta a intervenção realizada:

«O PCP sempre considerou que o sector do táxi desempenha um papel importante no planeamento do transporte público, pela complementariedade que deve assegurar com os modos estruturantes do sistema de transportes. Nunca partilhámos a ideia de que o táxi fosse um luxo, ou uma alternativa mais cara aos transportes públicos. O táxi faz parte do sistema de transportes, desempenha um papel insubstituível nesse sistema e é, em muitas situações, a resposta mais racional para as necessidades de mobilidade das populações. (...)

O vosso convite está muito ligado à ofensiva em curso contra o sector, àquilo a que temos chamado de processo liberalizador e que no fundo trata de tentar destruir a realidade económica do sector do táxi e substituí-la pelo domínio das multinacionais. (...)

Podem travestir este processo de muitas maneiras que não lhe alteram esta essência. Falam de modernidade e de novas tecnologias, como se o sector do táxi precisasse das multinacionais para se modernizar, como se não existissem hoje aplicações electrónicas de ponta nos serviços de táxi em Portugal que, aliás, muitos de vocês já utilizam.

Usam o poder do dinheiro – e têm muito – para colocar a comunicação social ao serviço dos seus interesses económicos. Silenciam as razões, queixas e lutas do sector, ao mesmo tempo que promovem e valorizam as multinacionais. Valorizam quem se submete aos grupos económicos, às multinacionais, e abjuram quem continua a defender o interesse nacional. Mas não mudam a realidade: a liberalização desta actividade económica só serve os interesses do grande capital e das multinacionais.



Não me quero alongar, mas quero aproveitar esta ocasião para aqui deixar três ideias muito claras e um compromisso. A primeira ideia é que as multinacionais têm que cumprir a lei, tem que acabar a impunidade e tem que acabar a actual situação onde quem está legal paga multas e quem está ilegal anda impune. Como é possível que a UBER, que pratica uma actividade em confronto com a Lei em Portugal, faça desfiles em Lisboa e assine protocolos com algumas câmaras? E que ao mesmo tempo um táxi sofra uma pesada multa porque é o sexto de uma praça de cinco carros, ou por não cumprir qualquer outro aspecto da regulamentação para o sector que só se aplica... a quem está legal?(...)

Uma segunda ideia prende-se com as alterações legislativas que o Governo quer implementar que acompanhamos com natural preocupação. A concretizarem-se as intenções do Governo, com a liberalização dos contingentes, a legalização da UBER em concorrência desleal ao sector do táxi e o aumento brutal da oferta, poderemos vir a assistir a centenas de falências, particularmente nas zonas urbanas onde a actividade das multinacionais pode ganhar maior peso e retirar maiores lucros. Que fique claro: o PCP não acompanha esta opção do governo. Uma opção que é, em nosso entender, o caminho oposto àquele que deveria ser seguido, pois o sector sofre de um excesso de oferta nas zonas onde agora a querem fazer subir ainda mais.(...)

A terceira questão tem a ver com as condições de trabalho no sector do táxi. Elas estão cada vez mais degradadas. Cada vez é preciso trabalhar mais horas por rendimentos menores. Cresce a exploração e degradam-se as condições de trabalho. E a situação é ainda mais grave nos novos sectores que o Governo quer legalizar, onde a precariedade e a sobre-exploração são a norma. Precisamos de combater este modelo. Não queremos uma sociedade organizada com base nos baixos salários e na precariedade, onde toda a riqueza produzida pelo trabalho é concentrada nas mãos de meia dúzia.

Estas três ideias corporizam o compromisso de sempre do PCP com o sector do táxi e com os seus profissionais. Podem contar com o PCP! Vão contar com o PCP. »